

Madeireiras, rua!

JB
04/02/98 9
284

Espetado por denúncias que pipocam de todos os lados, sob a cobrança indignada de organizações internacionais, o governo acorda da sonolência e emite sinais de preocupação com a Amazônia. Reconheça-se que não apenas o Planalto começou a mexer-se. A mídia também purga os pecados da omissão e passou a pautar a devastação da floresta amazônica como um dos temas obrigatórios de 98.

Mas, se o Congresso não perder o pique e for mais fundo, é sua a vez de dar o tranco decisivo para a virada na fúria do desmatamento de um tesouro do mundo, cuja guarda nos foi confiada. Para dar conta da sua responsabilidade histórica, o Legislativo necessita ir adiante e partir para a radicalização. Por enquanto, patinamos nos ensaios, louváveis mas insatisfatórios, de paliativos. Há duas semanas, o Congresso aprovou a nova Lei de Crimes Ambientais, ampliando a qualificação dos crimes contra a natureza e agravando as penas, em alguns casos com o rigor indispensável.

Mas, é a tal coisa. O governo não se empenhou a sério para a mobilizar sua dócil e esmagadora maioria, ausentando-se das articulações parlamentares com os bolsões de resistência. Entre recuos e acertos, o texto final perdeu muito da sua eficácia.

Ficou a lição a ser aproveitada. E não é a única. Poucas semanas antes, a Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída na Câmara para investigar as agressões ambientais na Amazônia, deu o ar da sua graça com a divulgação de relatório, de surpreendente qualidade, sustentando em análise arguta e com ampla documentação, uma lista de propostas de medidas corretivas.

É alguma coisa. Melhor do que nada. Mas, não é tudo. O desafio ao Congresso, pelo viés do inesperado, chega pela contramão da providência incompleta adotada – ora, vejam que grata meia-surpresa – pelo governador do Amazonas, Amazonino Mendes.

Sim senhor, pelo governador Amazonino Mendes! Pois o governador acaba de suspender a instalação de novas madeireiras asiáticas no Estado e de determinar a fiscalização das atividades das que se entregam à derrubada de áreas imensas, condenadas a virar desertos.

Em caso de emergência, a solução tem que ser rápida, energética, radical. Antes da apuração indispensável das responsabilidades pela criminosa autorização concedida às gangues que não deixaram uma árvore de pé nos seus países – e, agora investem na Amazônia, sorteada como a bola da vez –, cumpre deter a fúria devastadora e expulsar os indesejáveis com seus equipamentos de última geração, que cortam o tronco centenário de madeira de lei com a facilidade com que se quebra um palito. De indenização, rompimento de contratos, cuida-se depois, na Justiça.

A expulsão depende do Congresso. Basta vontade política e a adesão consensual, acima dos partidos, à mais urgente e grave causa nacional, para a articulação de emenda constitucional ou projeto de lei proibindo o comércio sujo da madeira na Amazônia legal, com os menores prazos possíveis para a retirada dos predadores. Asiáticos ou não. Aponte-se a porta da rua aos que invadem a floresta, com a convivência de autoridades corruptas, em negociatas que envolvem milhões. Trata-se de pilhagem legalizada, de saque contra o futuro. Que vão para o diabo que os carregue!

Não há tempo a perder. No **JB** de domingo, exemplar matéria assinada por Edílson Martins, dá a exata dimensão da tragédia em marcha. Ouçam novamente seu grito: “Nunca se queimou tanto, e de forma tão irresponsável, como nessa última estação. Nunca se desmatou tanto, já que o ciclo madeireiro, liderado pelas empresas asiáticas, é o fenômeno, para não dizer crime, mais recente em toda a paisagem amazônica”.

Os 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia, cinco vezes maior que a Mata Atlântica assassinada, pedem socorro. A vez é do Congresso.